**Ciberativismo LGBTQIA+ no *Youtube*: pautas, estratégias e motivações para ação**

**LGBTQIA+ *Youtube* Ciberativism: guidelines, strategies and motivations for action**

**Ciberativismo LGBTQIA+ en *Youtube*: pautas, estrategias y motivaciones para la acción**

Artigo Empírico

**Resumo**

Este artigo discute o ciberativismo LGBTQIA+ a partir de vídeos de canais do *Youtube*. Os estudos no campo da Psicologia social têm priorizado pesquisas no ambiente virtual que têm textos como objeto de análise. Considerando a abrangência da dimensão comunicacional, defende-se que a análise de vídeos abrange aspectos fundamentais nas investigações sobre ciberativismo. Diante disso, desenvolveu-se um estudo com o objetivo de caracterizar o ciberativismo em canais LGBTQIA+ do *Youtube* brasileiro, partindo da análise de vídeos desses canais, no que se refere às suas pautas, formas, motivação e mudanças pretendidas. O estudo foi desenvolvido em duas etapas: (1) levantamento dos canais de ativismo LGBTQIA+ no *Youtube* e (2) análise documental de vídeos desses canais. Participaram da primeira etapa 281 pessoas que se reconheceram como seguidores de canais de ativismo LGBTQIA+, e que identificaram, a partir de uma lista, os canais que consideravam mais relevantes no que se refere ao ciberativismo LGBTQIA+. A partir desse levantamento, seguindo o conteúdo e o número de visualizações, foram definidos quatro vídeos a serem analisados. Os resultados indicam que os vídeos abordam, de forma central, a questão do preconceito, seja apresentando esse fenômeno em situações específicas, seja discutindo suas repercussões e formas de enfrentamento.

**Palavras-chave**: ativismo político, internet, minorias sexuais e de gênero.

**Abstract**

This article discusses LGBTQIA + cyberactivism from videos on YouTube channels. Studies in the field of social psychology have prioritized research in the virtual environment that has texts as the object of analysis. Considering the scope of the communicational dimension, it is argued that the video analysis covers fundamental aspects in investigations on cyberactivism. Therefore, a study was developed with the objective of characterizing cyberactivism in LGBTQIA + channels on Brazilian Youtube, based on the analysis of videos from these channels, with regard to their guidelines, forms, motivation and intended changes. The study was developed in two stages: (1) survey of LGBTQIA + activism channels on Youtube and (2) documentary analysis of videos from these channels. 281 people participated in the first stage who recognized themselves as followers of LGBTQIA + activism channels, and who identified, from a list, the channels they considered most relevant with regard to LGBTQIA + cyberactivism. From this survey, following the content and the number of views, four videos were defined to be analyzed. The results indicate that the videos centrally address the issue of prejudice, whether presenting this phenomenon in specific situations, or discussing its repercussions and ways of resistance.

**keywords**: political activism; internet; sexual and gender minorities

**Resumen**

Este artículo aborda el ciberactivismo LGBTQIA + de videos en canales de YouTube. Los estudios de la Psicología Social han priorizado la investigación en el entorno virtual que tiene los textos como objeto de análisis. Considerando el alcance de la dimensión comunicacional, se argumenta que el análisis de video cubre aspectos fundamentales en las investigaciones sobre ciberactivismo. Así, se desarrolló un estudio con el objetivo de caracterizar el ciberactivismo en los canales LGBTQIA + en Youtube brasileño, basado en el análisis de videos de estos canales, con respecto a sus pautas, formas, motivación y cambios previstos. El estudio se desarrolló en dos etapas: (1) encuesta de canales de activismo LGBTQIA + en Youtube y (2) análisis documental de videos de estos canales. En la primera etapa participaron 281 personas que se reconocieron como seguidores de estos canales y que identificaron los canales que consideraban más relevantes con respecto al ciberactivismo LGBTQIA +. A partir de esta encuesta, siguiendo el contenido y la cantidad de vistas, se definieron cuatro videos para ser analizados. Los resultados indican que los videos abordan el tema del prejuicio, ya sea presentando este fenómeno en situaciones específicas o discutiendo sus repercusiones y formas de resistencia.

**Palabras clave**: activismo político; internet; minorías sexuales y de género

**Introdução**

As práticas e os acontecimentos políticos ocorridos desde as últimas décadas do século passado estão relacionados, de algum modo, ao uso da internet (Queiroz, 2017). De forma mais específica, as plataformas digitais, como o *Youtube*, pensadas como estratégias que potencializam ações políticas, têm se constituído um espaço privilegiado de visibilidade de demandas e reivindicações de minorias e favorecido o fortalecimento de identidades sociais de seus membros (Burgess & Green, 2009).

A produção científica em Psicologia social acompanha o avanço tecnológico e as ações políticas que permeiam o ciberespaço. No Brasil, alguns estudos tentam compreender a produção identitária a partir do ciberativismo em *blogs* ou redes sociais, a exemplo do *Facebook* (Martins & Roso, 2015; Antunes, 2015). Outras pesquisas visam contribuir com a compreensão da experiência do ciberativismo em comparação ao ativismo *offline* (Poma & Gravante, 2018). Em relação aos grupos investigados, percebe-se que os estudos têm focado o ciberativismo, principalmente contemplando as pautas feministas e ambientalistas (Fonseca, Da Silva, & Teixeira-Filho, 2017; Gomes-Franco, Silva, & Colussi, 2016).

Em uma perspectiva internacional, muito se discute acerca do ciberativismo, no que tange às novas formas de ações políticas, assim como maneiras atuais de mobilização social de grupos minoritários, o fortalecimento de identidades e as novas possibilidades de interação a partir das redes sociais (van Stekelenburg & Boekkooi, 2013). De uma forma geral, os estudos entendem que, um ponto importante nas pesquisas que relacionam ciberativismo e identidade social, refere-se ao sentimento de pertencimento ao grupo, independentemente do modo como esse é formado, seja de forma *offline* ou *online* (Espelt, Rodríguez-Carballeira, & Javaloy, 2015).

Ao revisar teoricamente esses estudos, percebe-se poucos artigos sobre o ciberativismo LGBTQIA+ e menos ainda que se proponham compreendê-lo a partir de vídeos, como aqueles dispostos na plataforma *Youtube*. Desse modo, é possível afirmar que a Psicologia social tem priorizado pesquisas no ambiente virtual que têm como objeto de análise textos, como é o caso de *blogs* e *Facebook*. Considera-se que a dimensão comunicacional dos vídeos abrange outros fatores que podem ser fundamentais para ampliar as investigações sobre ciberativismo.

Para desenvolver essa ideia, este artigo reúne uma discussão sobre ativismo político (Damon & Colby, 2015), tendo em vista características do movimento LGBTQIA+ (Facchini, 2005, 2011) e as propriedades do ativismo na Internet (Penteado, Santos, Araújo, & Da Silva, 2011), também denominado de ciberativismo (Queiroz, 2017), e no *Youtube*, de modo mais específico (Bressan, 2007). A opção por analisar de forma mais detida essa plataforma fundamenta-se no reconhecimento do grande alcance que o *Youtube* adquiriu nos últimos anos (Burgess & Green, 2009).

Tomando esse fenômeno no campo político, de forma exploratória, o artigo faz uma interlocução com a Psicologia social, como as teorias sobre comportamento político em uma perspectiva psicossociológica (Camino, Lhullier, & Sandoval, 1997; Camino, 2005), tendo em vista analisar o ciberativismo LGBTQIA+ como estratégia de luta, visibilidade e resistência de pessoas que se reconhecem parte desse grupo.

**Nossa bandeira é nossa luta: entendendo o ativismo LGBTQIA+ em tempos virtuais**

A ideia de ativismo envolve um processo de construção de uma identidade pessoal comprometida com pautas políticas e sociais, seja a partir de ações vinculadas a partidos políticos ou a causas de um grupo populacional específico. Para Damon e Colby (2015), a ação ativista refere-se ao desenvolvimento de ações que se direcionam à defesa de causas ligadas a determinados valores e que objetivam promover uma mudança social, sem que necessariamente o ativista seja beneficiado diretamente por ela. Nesta perspectiva, um ativista luta por causas que acredita, que são importantes, independente de sentir-se participante do grupo social pelo qual luta.

O ativismo pressupõe que as leis e o próprio funcionamento das instituições políticas e econômicas gerem ou reproduzam conflitos sociais profundos, fomentando injustiças entre diferentes grupos populacionais. Entende-se que, se são esses modelos que fomentam certas desigualdades sociais, essas questões não conseguem ser resolvidas dentro da conjuntura da política institucionalizada. Desse modo, o ativismo pode ser pensado como um processo dinâmico em que militantes constroem sua forma de pensar o cotidiano e se engajam na luta por uma sociedade considerada mais justa (Dell’Aglio, Almeida, & Stenzel, 2013).

Em relação às motivações ativistas, podem ser compreendidas como experiências familiares e sociais que levam as pessoas a se identificarem com este tipo de ação. É possível afirmar a relação entre vivências de privações e a luta por direitos igualitários, compreendendo que as pessoas que fazem parte dos grupos populacionais que tenham, em algum momento, se deparado com algum tipo de privação (financeira, de liberdade, dentre outras) tornam-se mais propícias às lutas sociais pelas quais acreditam, independentemente de estarem ligadas às suas vivências enquanto membros de minorias sociais específicas (Mendonça & Fuks, 2015).

Esses pressupostos permitem considerar que as minorias sociais podem se constituir grupos ativistas. O argumento para essa afirmação pode ser construído a partir do processo político que envolve a organização de minorias sociais. A esse respeito, interessa aqui pensar o ativismo no contexto LGBTQIA+ e, para tanto, apresentam-se elementos que o caracterizam ressaltando aspectos específicos da ação política desse grupo.

Falar sobre os movimentos sociais LGBTQIA+ implica trazer elementos da história da construção de políticas públicas e consolidação de direitos para essa população. No entanto, é necessário pensar, previamente, os fatores que caracterizam esses grupos sociais como minoria, reconhecendo a condição de violação de direitos e os preconceitos e discriminações de que são alvo, bem como o processo político de reconhecimento e enfrentamento de um lugar social.

No que se refere ao preconceito dirigido à população LGBTQIA+, o termo homofobia é utilizado em políticas públicas e no debate social, porém, compreende-se que não contempla a diversidade e complexidade das experiências desse fenômeno, vivenciadas por membros dessa população. A expressão preconceito contra diversidade sexual tem sido usada como alternativa ao termo homofobia, bem como tem permitido discutir o fenômeno, tal como apresentado por Allport (1954), como uma atitude hostil direcionada a uma pessoa justamente por ser reconhecida como membro de um grupo social específico (Costa & Nardi, 2015). Desse modo, o preconceito contra diversidade sexual compreende atitudes que são evocadas por estereótipos presentes em um determinado meio social e que são utilizados para justificar e manter a exclusão social de pessoas LGBTQIA+ (Costa & Nardi, 2015).

Os movimentos sociais LGBTQIA+ podem ser uma forma de resistência a discursos e práticas que remetem ao preconceito e à discriminação contra esse grupo. Facchini (2011) argumenta que o nascimento do movimento homossexual, referenciando a denominação usada na época, está registrado no final dos anos de 1940, em Amsterdam, com a criação do *Center for Culture and Recreation*. As pautas principais de luta eram a sociabilidade e o combate ao preconceito contra homossexuais.

Historicamente, os Estados Unidos e a Europa Ocidental foram berços das primeiras manifestações de organização de movimentos homossexuais, entre o fim dos anos 1960 e o início de 1970, que lutavam contra a discriminação e reivindicavam direitos para a população LGBTQIA+. No Brasil, o período da ditadura militar, apontado como a primeira onda do movimento homossexual no país, foi perpassado pela afirmação de um projeto de politização da homossexualidade. Se em um primeiro momento, as reuniões de homossexuais estavam voltadas à socialização do grupo, sob o regime militar o foco do movimento passou a ser a propagação de informações em pequenos jornais ou panfletos que eram distribuídos nos bares e outros espaços de encontro (Facchini, 2011).

O período denominado de segunda onda do movimento LGBTQIA+ brasileiro ficou marcado pela luta em prol da adoção do termo “orientação sexual” ao invés de “opção sexual”, distanciando a sexualidade de uma escolha e aproximando-a de um aspecto identitário. Também se tem nesse período a eclosão da luta em prol de políticas públicas para pessoas com o diagnóstico de HIV/AIDS (Facchini, 2011).

O início dos anos 1990 trouxe a terceira onda do movimento LGBTQIA+ no Brasil, período que marca avanços em relação à efetivação dessas políticas públicas, colocando o país no lugar de referência sobre o tema. Essa é a fase em que a população LGBTQIA+ defende que, para sua completa cidadania, não se pode aceitar nenhum direito a menos. Além disso, é característica desse momento a distinção dos vários sujeitos políticos que compõem o movimento: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, realçando demandas específicas de cada um desses grupos (Facchini, 2011).

Analisando esses aspectos históricas e considerando o contexto atual, chama atenção o modo como pessoas LGBTQIA+ têm utilizado a internet, especialmente as redes sociais, como plataforma de ativismo político (Cotta, 2014). O ciberativismo ganha força a partir da grande difusão da internet e da possibilidade de se falar para muitas pessoas ao mesmo tempo. Com o avanço da tecnologia, o espaço digital passa a ser ocupado por sujeitos múltiplos, que se mobilizam de diversas formas e com diferentes fins (Queiroz, 2017). Nessa perspectiva, o ciberativismo pode ser tomado como a utilização do potencial da Internet para realizar ativismo político, criando conexões entre os participantes de um grupo social (Penteado, Santos, Araújo, & Silva, 2011).

Sobre as primeiras manifestações do ciberativismo, referências situam a partir da Revolta Zapatista, em 1994, no México. No entanto, sua expressão ganha força a partir da chamada Primavera Árabe, que representou um conjunto de protestos que se iniciam com o suicídio, ocorrido em 2010, de um homem que teve sua barraca de frutas confiscada pelo governo da Tunísia. Essas manifestações se estendem por vários países, desde o norte da África ao Oriente Médio (Queiroz, 2017).

Três aspectos são fundamentais para que se possa caracterizar o ciberativismo: o compartilhamento de informações, a natureza motivacional e emocional dessas informações e, por último, a estrutura das redes sociais. A informação, que é de suma importância para a coordenação e viabilização das ações ativistas, é difundida em um âmbito mundial e ampliada pelo uso das redes sociais. A comunicação é facilitada pelas redes sociais a partir do seu alto alcance de pessoas e rapidez na propagação da informação. Em relação à natureza das mensagens, o cunho motivacional e emocional, que apoiam ou se opõem à ação ativista, incluem mensagens que reforçam a identidade social do grupo ativista, a indignação moral, justiça social, dentre outros. Por fim, a estrutura das redes sociais, que podem variar em cada uma das diferentes plataformas, possibilita pensar em diversas estratégias de ações ativistas, bem como monitorar as informações relacionadas a essas ações e às possibilidades de facilitação desse processo (Jost et.al, 2018).

Vale ressaltar que desde as primeiras discussões sobre o ciberativismo, Castells (1999) compreendia o ciberespaço como um local estratégico de fortalecimento dos grupos ativistas. Ugarte (2008) defende que o ciberativismo determina duas formas de atuação. A primeira seria o uso da mídia digital como um local para a difusão de ideias e outras ações organizadas. A segunda seria a mobilização de um maior número de pessoas em torno de debates sociais. O autor alerta para o fato de que essas duas formas de atuação não são indissociáveis, podendo ocorrer de forma conjunta.

O ciberativismo assume novas formas de comunicação e se configura tão eficaz quanto os protestos *offline*. Entende-se, no entanto, que nem todas as pessoas que estão em um lugar de visibilidade na Internet são ativistas, visto que se considera que muitos agem a partir de interesses particulares e não objetivos comuns que possam trazer benefícios para todo um grupo (Cotta, 2014).

**Transmita-se: a ação política das minorias sociais no *Youtube***

O *Youtube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos, que tem sido usada amplamente por indivíduos, membros de diferentes minorias sociais, que, na ausência de espaços claros de debate e participação política, encontram nesse ambiente uma possibilidade de pôr em evidência reivindicações e demandas do grupo. A perspectiva colaborativa do *Youtube* favorece para que haja uma participação desses grupos, em um ambiente em que não podem ser calados. Ainda que haja uma reação de violência, a partir de comentários ou da ação de *haters*, o espaço virtual configura-se como um lugar possível e, de alguma forma, protegido, de fala. Sobre o conteúdo, é comum que temas que são debatidos na sociedade também sejam contemplados nessa plataforma. Isto é feito a partir da criação de canais, que são páginas administradas por uma ou mais pessoas, que incluem vídeos sobre determinados temas específicos. Além de assistir, os seguidores podem curtir ou descurtir o vídeo, assim como comentar (Bressan, 2007).

A ideia da qual nasce o *Youtube*, em si mesma, é uma intervenção, visto que fomenta e potencializa a criação e compartilhamento de vídeos que tratam de temas diversos, a partir de pontos de vistas diferentes, trazendo certa diversidade. O slogan do *Youtube* – *Broadcast Yourself*, em português, “Transmita-se”, reforça essa compreensão, sugerindo a ideia de uma transmissão autêntica daquilo que se quer falar, seja em forma de protesto ou não. Embora se destaque um grande potencial ativista no *Youtube*, em virtude da possibilidade de grupos se unirem para debater e dar visibilidade a diversos assuntos, defende-se que o que se tem a partir dessa plataforma não é necessariamente um novo ativismo, mas, sim, novas possibilidades e formas de atuação (Bressan, 2007).

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que o ciberativismo é uma forma das minorias LGBTQIA+ reivindicarem sua existência e lutar pela efetivação de direitos (Queiroz, 2017), mas também de seus membros serem reconhecidos, valorizados socialmente, contribuindo para novas formas de comportamento político, ou seja, novas ações que contribuam com o desenvolvimento e mudança social (Camino, Lhullier, & Sandoval, 1997). Historicamente, o tema do comportamento político vinha sendo estudado na Psicologia social, sobretudo, sob a perspectiva do comportamento eleitoral. Com o fortalecimento dos movimentos sociais tem-se o interesse de investigar essas ações como formas de comportamento político, tendo em vista seus impactos nas relações sociais, na constituição identitária e no pertencimento grupal de indivíduos (Camino, 2005).

Entende-se que o formato do *Youtube* possibilita a análise psicossociológica do comportamento político, visto que a interação na plataforma pressupõe a formação de um grupo entre criadores de conteúdo e seus seguidores. Além disto, a comunicação em forma de vídeo, faz com que seu conteúdo possa ser analisado para além daquilo que se diz, captando cenários, imagens e expressões corporais.

O *Youtube* se constitui como um espaço privilegiado de ciberativismo LGBTQIA+, em virtude da visibilidade que alcança, da diversidade de temas que reúne e das abordagens de comunicação que se utiliza para pautar as reivindicações de grupos minoritários. Ademais, os vídeos podem ser acessados em diferentes momentos; e os arquivos podem ser tomados na integra, tal como publicados pelos canais. Por fim, considerando a complexidade do ciberativismo, o *Youtube* possibilita analisar o fenômeno na perspectiva de diferentes atores (criadores ou seguidores) e seus conteúdos (produzido e compartilhado).

A partir dessas considerações, este trabalho tem como objetivo caracterizar o ciberativismo em canais LGBTQIA+ do *Youtube* brasileiro, partindo da análise de vídeos desses canais, no que se refere às suas pautas, formas, motivação e mudanças pretendidas. Entende-se as pautas enquanto o tema a ser reivindicado/debatido. As formas de ação dizem respeito a maneira como a pauta é abordada, como, por exemplo, a partir de uma entrevista ou de relatos de experiência. As causas da ação ativista dizem respeito a algum acontecimento social recente ou falta de garantia que justifique a necessidade daquela ação. Por fim, as mudanças pretendidas referem-se às pretensões que se tem ao agir de maneira ativista (Damon & Colby, 2015).

**Método**

Para alcançar esse objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa em duas etapas: (1) levantamento dos canais de ativismo LGBTQIA+ no *Youtube* e (2) análise documental de vídeos desses canais.

**Levantamento dos canais de ativismo LGBTQIA+ no *Youtube***

**Participantes**

Para etapa do levantamento, participaram 281 pessoas, com idades variando entre 18 e 49 anos, que responderam ao questionário por se reconhecerem seguidores de canais de ativismo LGBTQIA+ no *Youtube*. A Tabela 1 sintetiza a caracterização desses participantes.

*Tabela 1*

Caracterização dos participantes (*N* = 281)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Gênero** | ***f*** | **%** |
| Feminino | 180 | 64,1% |
| Masculino  Não-Binário | 95  06 | 33,8%  2,1% |
| **Cor da pele** | ***f*** | **%** |
| Branca | 117 | 41,6 |
| Parda | 104 | 37 |
| Preta | 60 | 21,4 |
| **Escolaridade** | ***f*** | **%** |
| Fundamental | 05 | 1,8 |
| Médio | 57 | 20,3 |
| Superior | 172 | 61,2 |
| Pós-Graduação | 47 | 16,7 |
| **Religião** | ***f*** | **%** |
| Acredita em Deus  Católica | 70  56 | 24,9  19,9 |
| Evangélica | 29 | 20,3 |
| Espírita  Agnóstica / Ateísta  Religiões de matriz africana | 21  47  58 | 7,5  16,7  10,7 |
| **Orientação sexual** | ***f*** | **%** |
| Heterossexual | 94 | 33,5 |
| Homossexual | 93 | 33,1 |
| Bissexual | 79 | 28,1 |
| Outra | 15 | 5,3 |

**Instrumento**

Os participantes responderam um questionário composto por uma lista de canais que deveriam ser avaliados em termos de sua relevância para o ciberativismo LGBTQIA+. Além da lista de canais, também compuseram o instrumento questões sociodemográficas (gênero, orientação sexual, cor da pele, escolaridade e religião/orientação religiosa).

O instrumento foi construído para esta pesquisa. De forma específica, os canais listados no instrumento foram reunidos a partir de uma inserção de inspiração netnográfica (Kozinets, 2014) em canais do *Youtube*. Seguindo essa estratégia, chegou-se a 25 canais de ativismo LGBTQIA+: Põe na Roda; Canal das Bee; Louie Ponto; Tá Entendida?; Apt 202; Mandy Candy; Para Tudo com Lorelay Fox; Guardei no Armário; Muro Pequeno; Sapatômica; Projeto Boa Sorte com Gabriel Estrela; Lucca Najar; Samocréia; Hugo Nasck; Marias do Brejo; Voz Trans; Afrontay com Joely Nunes; Sorti; O Diário de P. Landucci; Xisto; Ariel Modara; Rosa Luz; Transdiário; Silvetty Montilla; Thiessita.

Cada um desses canais foi avaliado, na perspectiva de cada participante, em uma escala *likert* de sete pontos, sendo 1 *Nada Relevante* e 7 *Muito Relevante,* com relação à importância política que exerce. Para os canais que os participantes não conheciam, foi solicitado que não marcassem nenhum item. Além da lista com os canais, também havia a possibilidade de os participantes apresentarem e classificarem outros canais que consideravam de ciberativismo LGBTQIA+.

**Procedimento de Coleta**

O questionário foi disponibilizado de forma *online*, por meio da plataforma *Google Forms,* O *link* para acesso foi divulgado para a população geral por meio do aplicativo *WhatsApp*. A partir da análise desse levantamento e para compor a amostra de vídeos a serem analisados, foram considerados como mais relevantes os canais pontuados com maior frequência, pelos participantes da pesquisa, nas opções 5, 6 e 7 da escala *likert*. Para definição dos vídeos, estabeleceu-se como critérios analisar o mais acessado de cada canal, tendo como referência a data de 31 de outubro de 2018, e que apresentasse conteúdo ativista, ou seja, que pudesse ser analisado a partir de pautas, formas de ação, motivação e mudanças pretendidas. Para tanto, utilizou-se a ferramenta de busca da própria plataforma, que permite visualizar os vídeos mais acessados de cada canal e, em seguida, fez-se uma análise preliminar dos seus conteúdos. Para isto, esses vídeos foram assistidos um a um. Os vídeos, analisados enquanto documentos, foram tomados como aquilo que está para além do texto falado ou escrito. Neste sentido, os vídeos foram transcritos e, posteriormente, submetidos a uma análise de conteúdo temático (Oliveira, 2008), assumindo como categorias: as pautas, as formas, as motivações das ações e as mudanças pretendidas.

**Resultados**

Os resultados são apresentados em duas partes: a primeira refere-se ao levantamento dos canais e vídeos de ciberativismo LGBTQIA+ e a segunda diz respeito a análise dos vídeos selecionados.

A partir do levantamento exploratório, com a lista de 25 canais, definiu-se os quatro canais considerados mais relevantes no que se refere ao ciberativismo LGBTQIA+ no *Youtube.* A Tabela 2 reúne a frequência com que cada canal listado foi assinalado pelos participantes.

*Tabela 2.*

Canais de ciberativismo LGBTQIA+

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Canal** | ***f*** | **Canal** | ***f*** |
| Põe na Roda | 43 | Apt 202 | 10 |
| Canal das Bee | 42 | Projeto Boa Sorte Gabriel Estrela | 10 |
| Mandy Candy | 41 | Sorti | 10 |
| Para Tudo com Lorelay Fox | 40 | Thiessita | 10 |
| Louie Ponto | 26 | Tá Entendida? | 09 |
| Sapatômica | 19 | Rosa Luz | 09 |
| Muro Pequeno | 17 | Silvetty Montilla | 09 |
| Transdiário | 15 | Lucca Najar | 07 |
| Guardei no Armário | 14 | Voz Trans | 07 |
| Hugo Nasck | 12 | Marias do Brejo | 06 |
| O Diário de P. Landucci | 12 | Afrontay com Joely Nunes | 06 |
| Ariel Modara | 12 | Samocréia | 03 |
| Xisto | 11 |  |  |

Desse modo, assumindo como o critério a frequência com que foram assinalados pelos participantes nas opções 5, 6 e 7 da escala *likert*, destacaram-se os canais: Põe na Roda (*f*  43); Canal das Bee (*f*  42); Mandy Candy (*f*  41); Para Tudo com Lorelay Fox (*f*  40). Vale a pena assinalar que esses quatro canais apresentaram frequências muito próximas entre eles e distantes dos demais.

No canal Põe na Roda, o vídeo mais acessado foi “Praia Gay de Ipanema no Rio de Janeiro”; no Canal das Bee, o vídeo mais acessado foi “O Corpo Perfeito para o Verão com Jout Jout”; no canal Mandy Candy, foi o “Como era minha voz de homem (Como mudei minha voz)”; e no canal Para Tudo com Lorelay Fox, foi “Lorelay Transforma: Bia Boca Rosa”. Embora esses quatro vídeos tenham sido os mais acessados, a análise preliminar não permitiu caracterizá-los como apresentando conteúdos expressamente ativista, conforme a definição de Damon e Colby (2015). Considerando esse critério, definiu-se para análise os seguintes vídeos: canal Põe na Roda - “E se fosse com você? (Por que criminalizar a homofobia?); Canal das Bee – O Cuspe de Jean Wyllys; canal Mandy Candy – Minha Filha é Transexual e eu Amo Ela; e canal Para Tudo com Lorelay Fox – Mais um Suicídio.

A segunda parte dos resultados, apresentada a seguir, refere-se à caracterização desses quatro vídeos, dando ênfase as pautas, as estratégias e as possíveis mudanças pretendidas com o ativismo (Damon & Colby, 2015).

**“E se fosse com você? (por que criminalizar a homofobia?*)*”**

O vídeo “E se fosse com você (por que criminalizar a homofobia?), do canal Põe na Roda, tem seis minutos e vinte e seis segundos de duração, é datado de 9 de setembro de 2014, e, até 31 de outubro de 2018, contava com 940.285 visualizações. Esse vídeo tem como pauta debater a importância da criminalização da homofobia, trazendo relatos de pessoas que passaram por situações homofóbicas.

A ação ativista se dá pela criação de um vídeo, quase no estilo de documentário, apresentando a questão da homofobia de maneira ampla. No material produzido, além dos depoimentos, existe também a lembrança de alguns episódios que ganharam a atenção da mídia. A forma de se trabalhar a pauta apresentada pelo vídeo é clara desde o subtítulo da produção. A frase “E se fosse com você” é uma tentativa de mobilizar o público de maneira empática. Além disto, fornece um lugar de visibilidade a um grupo minoritário que socialmente costuma ser silenciado. Neste sentido, as mudanças pretendidas pelo vídeo estão relacionadas à necessidade de se debater socialmente a homofobia, suas repercussões sociais, assim como a importância da nomeação jurídica a essa forma de violência. Mesmo sabendo que dar nome ao fenômeno não gera sua extinção, é importante considerar que a criminalização da homofobia contribui para o reconhecimento social dessa violência, a responsabilização dos agressores, a geração de dados oficiais e a promoção de políticas públicas que objetivem sua diminuição.

**“O Cuspe de Jean Wyllys”**

O vídeo “O Cuspe de Jean Wyllys” tem seis minutos e seis segundos e foi publicado pelo Canal das Bee, em 19 de abril de 2016. Até 31 de outubro de 2018, tinha 337.366 visualizações. A pauta do vídeo também gira em torno da homofobia, porém a nível institucional e discursivo. O vídeo traz a discussão da homofobia para o campo da violência simbólica e propõe, a partir da figura de Jean Wyllys, debater as repercussões da homofobia no nível institucional (no caso, na política) e do entendimento da reação à violência como uma forma de defesa. A motivação política do vídeo gira em torno do debate social gerado a partir do episódio do cuspe de Jean Wyllys no então deputado federal Jair Bolsonaro, na ocasião da votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

A forma de ação ativista se dá a partir de um esquete que simula um debate entre duas garotas, uma delas a favor da reação de Wyllys e a outra contra. É interessante perceber que a menina que se posiciona a favor veste uma camiseta com os termos “Transfobia & Bifobia & Lesbofobia & Homofobia”. Ou seja, para além do texto escrito para a esquete, pode-se pensar o ato de usar a camiseta como uma forma de visibilizar a luta contra o preconceito. Além disto, na segunda metade do vídeo, quando entram vários depoimentos do público do canal, percebe-se o ativismo através da identificação do grupo com a atitude de Jean Wyllys. A frase “O cuspe também foi meu”, dita por várias pessoas ao fim da esquete, mostra que muitas pessoas compartilharam simbolicamente do ato como uma reação à homofobia.

As mudanças pretendidas giram em torno da necessidade do respeito, da visibilidade e da representatividade com relação a população LGBTQIA+. O vídeo compreende que o discurso institucional que promove a homofobia e ódio precisa ser combatido por ser uma mola propulsora para a violência física contra esse grupo social. Um outro ponto a ser levantado a partir do vídeo é a necessidade de fortalecimento do grupo na luta e enfrentamento contra a homofobia.

**“Mais um Suicídio”**

O vídeo do canal Para Tudo com Lorelay Fox configura-se como um desabafo de Danilo Dabague, criador do canal e artista que encarna a Drag Queen Lorelay Fox, sobre o suicídio de um jovem gay. O material tem oito minutos e vinte e quatro segundos, foi publicado em 30 setembro de 2017 e até 31 de outubro de 2018 tinha 569.946. O documento tem como pauta o debate entre a homofobia e o sofrimento psíquico e é motivado pelo suicídio de um jovem homossexual em decorrência da não aceitação familiar de sua orientação sexual. Desta forma, a pauta gira, também em torno da homofobia. A ação ativista percebida no vídeo tenta debater sobre as repercussões da homofobia para a saúde mental de quem vivencia essa violência. O vídeo demonstra que os efeitos do preconceito contra a população LGBTQIA+ podem ser fatais, independente desta violência ser sutil ou hostil.

A forma de ativismo se dá a partir da sensibilização com forte carga emocional, visto que Danilo sabe da notícia momentos antes de gravar o vídeo. O autor menciona que aquele vídeo precisa ser visto como um desabafo, uma vez que a violência que atingiu o jovem atinge a todos que se identificam enquanto LGBTQIA+. As mudanças pretendidas por Danilo são a diminuição de situações e vivências homofóbicas, principalmente me âmbito familiar.

**“Minha Filha é Transexual e eu amo ela”**

O vídeo tem dez minutos e cinquenta e nove segundos, foi publicado em 04 de outubro de 2016 e em 31 de outubro de 2018 contava com 352.750 visualizações. Foi confeccionado a partir de uma conversa entre Mandy Candy, criadora do canal, e sua mãe. A pauta gira em torno da importância da aceitação familiar para uma pessoa transexual, como é o caso de Mandy. Além disto, o vídeo tenta desconstruir a ideia de que ter um parente transexual é uma vergonha. A forma de ativismo é a partir da conversa entre as duas que se desenrola de maneira bem natural, em um formato mais livre. O vídeo não parece ter como base algum tipo de entrevista ou roteiro pré-elaborado, o que faz com que haja uma naturalidade importante para a comunicação que se pretende, nos moldes de uma conversa informal.

O que parece motivar a ação de Mandy é desmistificar a falsa ideia de que pessoas transexuais destroem a família. Mandy inicia o vídeo dizendo que foi muito difícil seu processo de aceitação e descoberta e que entende, que, assim como para ela, também não foi um momento fácil para sua mãe. Além disso, a conversa revela o quanto as relações familiares amadureceram e os laços se estreitaram após a revelação de Mandy ser transexual. As mudanças pretendidas giram em torno da possibilidade de outras mães refletirem a partir da fala da mãe de Mandy, diminuindo os níveis de preconceito no âmbito familiar. Além disto, a fala da mãe pode gerar uma identificação com outros familiares passando por situações parecidas, o que pode facilitar o processo de aceitação de filhos/familiares transexuais.

**Discussão**

A partir do levantamento realizado, na primeira etapa da pesquisa, percebeu-se a diversidade de canais identificados, o que parece refletir a diversidade da população LGBTQIA+. Os vídeos são protagonizados por pessoas que se identificam a partir das diversas letras que compõem a sigla desse grupo, ou seja, há gays, lésbicas, pessoas cisgêneras e transgêneras. É importante também salientar que a amostra de participantes do levantamento é bem diversa, o que demonstra que esse conteúdo é consumido por pessoas de diferentes perfis e características, no que refere a idade, gênero, orientação sexual, nível de escolaridade e orientação religiosa. Esse dado merece destaque, visto que, as pessoas que responderam ao levantamento, atendendo ao critério de consumir conteúdo ciberativismo LGBTQIA+, não necessariamente compõem esse grupo populacional. Neste sentido, ressalta-se, tal como proposto por Damon e Colby (2015), reconhecer e atuar em prol da pauta LGBTQIA+ está relacionada à compreensão de injustiça social e não necessariamente à pertença grupal.

Em relação à análise dos vídeos, de forma geral, considera-se que todos tratam do âmbito do preconceito, seja abordando esse fenômeno de forma específica, suas repercussões ou formas de enfrentamento. A esse respeito, no Brasil, em 2019, uma recente vitória foi a criminalização dessa forma de preconceito no Brasil, através de votação no Supremo Tribunal de Justiça, igualando-a aos crimes por racismo (Supremo Tribunal Federal, 2019). Considera-se que o discurso jurídico é importante para ajudar a entender que a violência a grupo sociais minoritários precisa ser pensada como um fenômeno social diferente da violência urbana (Keske & Marchini, 2019).

Os vídeos do Canal Põe na Roda e do Canal das Bee tratam do fenômeno do preconceito de maneira mais explícita, sendo o primeiro sobre a necessidade de sua criminalização e o segundo, um debate sobre o preconceito no ambiente da política. É importante entender que o fenômeno do preconceito pode ser manifestado através de formas sutis ou hostis, visto que sua definição está nos componentes cognitivos e atitudinais que o formam e não na ação em si (Costa & Nardi, 2015).

A partir dos vídeos se percebem as normas sociais como produtoras da ideia da homossexualidade como algo desviante e, também, como base do preconceito contra a população LGBTQIA+. A heteronormatividade se expressa a partir de um conjunto de normas e regras sociais que consideram a heterossexualidade a única forma de sexualidade possível (Albuquerque, Garcia, Alves, Queiroz, & Adami, 2013).

A questão debatida no vídeo do Canal das Bee tem como especificidade o fato do ambiente retratado caracterizar-se por um espaço de tomada de decisões políticas. O discurso de políticos sobre a homofobia, além de se constituir uma prática que favorece a manutenção das heteronormas, reforça e naturaliza ideias e práticas preconceituosas (De Oliveira, Alberto & Bittencourt, 2016).

O vídeo do canal Para Tudo com Lorelay Fox aborda a questão do preconceito como um lugar facilitador do processo de adoecimento mental e da ocorrência de suicídio. Especificamente, fala-se do preconceito dentro do contexto familiar, que se configura enquanto uma instituição social em que se reproduzem valores e crenças, existindo como um espaço que as regulações sociais cotidianas são perpetuadas. Assim sendo, as relações familiares podem operar enquanto um eficiente mecanismo de reprodução das heteronormas (Perucchi, Brandão, & Vieira, 2014).

Por outro lado, se há preconceito, há resistência. Uma das formas de enfrentamento percebido no vídeo do Canal das Bee é afirmar a força do grupo enquanto forma de ação política. Na metade do material até o final, há a imagem de vários seguidores do canal repetindo a frase “O cuspe também foi meu”, indicando a estratégia de fortalecimento de grupo pelo sentimento de pertença e sentimento de coletividade (Fernandes & Pereira, 2018).

O vídeo do Canal Mandy Candy traz uma forma de enfrentamento possível, a partir dos fatores de proteção propiciados pela aceitação, no caso pelo suporte dado pela mãe de Mandy. As relações familiares positivas são saudáveis para pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, muitas dessas relações acabam por se estreitarem ainda mais após a “saída do armário” de um de seus integrantes, demonstrando a importância do suporte familiar para o enfrentamento cotidiano do preconceito (Soares, Feijó, Valério, Siquieri, & Pinto, 2011).

Tomando os vídeos conjuntamente enquanto ações políticas, é possível discutir que o ciberativismo LGBTQIA+ no *Youtube* remete a um processo contínuo de busca por espaços de sociabilidade, uma vez que o ambiente virtual constitui-se um lugar de encontros e compartilhamento de ideias, práticas e vivências; de identificação grupal, de afirmação e luta por direitos, visto que favorece o fortalecimento e a proteção de identidades sociais estigmatizadas, assim como reivindica a participação social efetiva. Como visto a partir de Facchini (2005), esses são aspectos que acompanham o movimento LGBTQIA+ no Brasil e, ao que parece, o ciberativismo, atualiza e integra essas pautas.

**Considerações finais**

Neste artigo apresentou-se um estudo que objetivou caracterizar o ciberativismo em canais LGBTQIA+ do *Youtube* brasileiro, partindo da análise de vídeos desses canais, no que se refere às suas pautas, formas, motivação e mudanças pretendidas. Como pressupostos, considerou-se que o *Youtube* se apresenta como um espaço privilegiado de ação política de grupos sociais marginalizados, a exemplo da população LGBTQIA+, em decorrência da visibilidade que permite ao grupo, da diversidade de temas que aborda e do seu formato que favorece a comunicação. Os resultados encontrados vão nessa direção, ratificando que as pautas e mudanças pretendidas pelos ativistas LGBTQIA+ no *Youtube* não diferem de demandas levantadas pelos ativistas de rua desde os primórdios do movimento social LGBTQIA+ no Brasil. Desse modo, pode-se entender que, por meio do ciberativismo, o movimento LGBTQIA+ ratifica a luta por espaços de sociabilidade, afirmação identitária, representatividade social e luta por direitos. Essas pautas ganham efetividade no reconhecimento, denuncia e enfrentamento ao preconceito experimentado pela população LGBTQIA+.

Outro resultado que chama atenção na análise do ciberativismo LGBTQIA+ refere-se à abrangência desse processo político. A análise dos vídeos revela que o ciberativismo se efetiva nas informações e conhecimentos sobre a luta, na política institucional, nas relações sociais, nas relações familiares e afetivas. Os conteúdos apresentados nos vídeos referem-se a direitos da população LGBTQIA+ que são violados e que podem ser identificados em vários níveis e formas, no contexto de relações interpessoais e intergrupais diversas.

Os dados apresentados neste artigo são provenientes de uma pesquisa exploratória que, como qualquer empreendimento científico, não está isenta de limitações. A este respeito, considera-se que as características dos participantes, considerando a influência da bolha virtual das pesquisadoras, e o número reduzido de vídeos analisados, impossibilitam a generalização desses resultados. Além disso, a partir da noção de ciberativismo, importante considerar outros atores desse processo, incluindo os próprios criadores desses canais, assim como contemplar outras variáveis que têm sido apontadas como importantes na literatura científica sobre comportamento político. Desse modo, julga-se importante compreender a necessidade de se avançar em estudos que percebam as perspectivas identitárias do ciberativismo, tanto a nível pessoal como social, para melhor compreensão do fenômeno.

Por fim, considera-se que esta pesquisa contribuiu para reflexão sobre o ciberativismo LGBTQIA+, especificamente no contexto do *Youtube*, tendo em vista os conteúdos e estratégias compartilhados por vídeos dessa plataforma. Ainda, considerando a importância de ações políticas no enfrentamento às violências dirigidas à população LGBTQIA+, ressalta-se a relevância de estudos que possam contribuir com conhecimentos sobre o fenômeno do ciberativismo.

**Referências**

Albuquerque, G. A., Garcia, C. L., Alves, M. J. H., Queiroz, C. M. H. T, & Adami, F. (2013). Homossexualidade e o Direito à Saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, *37*(98), 516-524. doi:10.1590/S0103-11042013000300015

Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Antunes, M. (2015). *Ciberativismo, Identidade Política e metamorfose Humana (*Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Bressan, R. (2007). YouTube: intervenções e ativismos. In *Anais do XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste/ V Encontro Regional de Comunicação*. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Retrieved from http://www.intercom.org.br/papers/regionais/ sudeste2007/resumos/R0040-1.pdf

Burgess, J. & Green, J. (2009) *Youtube e a Revolução Digital*: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Camino, L.; Lhullier, L, Sandoval, S. (org.) (1997). *Estudos sobre Comportamento Político*: teoria e pesquisa. Coleção Ensaios. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, *23*(3), 715-726. doi: 10.9788/TP2015.3-15

Cotta, D. (2014). A Rede Sai do Armário: o ciberativismo do arco-íris. In *Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na região Sudeste*, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. Retrieved from <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0412-1.pdf>

Damon, W., & Colby, A. (2015). *The power of ideals*: The real story of moral choice. New York, NY, US: Oxford University Press.

Dell’Aglio, D., Almeida, A., & Stenzel, L. (2013). Construção do Ativismo Político: militantes dos movimentos LGBTTT. *Diálogo*, *22*, 93-106. doi:10.18316/911

De Oliveira, C. E., Alberto, M. de F., & Bittencourt, N. de F. (2016). Tensões contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, *14*(2), 1479-1492. doi:10.11600/1692715x.14240130415

Espelt, E., Rodriguez-Carballeira, À., & Javaloy, F. (2015). Comportamiento Colectivo y Movimientos Sociales em La Era de Las Redes Sociales. In J. M. S. Camaselle, & J. F. Dominguez (Eds.) *Psicología Social* (pp. 391-349). Editorial Medica Panamericana.

Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas?* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond.

Facchini, R. (2011). Histórico da luta de LGBT no Brasil. In Conselho Federal de Psicologia (2011). *Psicologia e Diversidade Sexual*: desafios para uma sociedade de direitos. Brasília: CFP. Retrived from [https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2011/05/Diversidade \_Sexual\_-\_Final.pdf](https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2011/05/Diversidade%20_Sexual_-_Final.pdf)

Fernandes, S.C.; Pereira, M.E. (2018) Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 30-49. doi: 10.12957/epp.2018.38108

Fonseca, S. M., Da Silva, A. & Teixeira-Filho, J. G. (2017). O Impacto do Ciberativismo no Processo de Empoderamento: O Uso de Redes Sociais e o Exercício da Cidadania. *Desenvolvimento em Questão*, *15*(41), 59-84. doi: https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.59-84

Gomes-Franco e Silva, F, Colussi, J. (2016) Uso de Facebook como medio de comunicación alternativo por la “Marcha das Vadias Sampa”. Chasqui, 132(1), 401-417. Retrieved from https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2600

Jost, J. T., Barberá, P., Bonneau, R., Metzger, M. M., Nagler, J., Sterling, J., & Tucker, J. (2018). How social media facilitates political protest: Information, motivation, and social networks. *Advances in Political Psychology*, *39*(1), 85-118. doi: [10.1111/pops.12478](http://dx.doi.org/10.1111/pops.12478)

Keske, H.A.; Marchini, V. A Criminalização da Homofobia no Brasil: análise jurisprudencial e doutrinária. *Prâksis*, 16(2), 34-56. doi: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.1761>

Kozinets, R. (2014) *Netnografia*: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso.

Martins. F., & Roso, R. (2015). *Observando produções colaborativas na rede*: um possível trajeto metodológico. *Aletheia*, *46*(1), 222-235. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-03942015000100018&lng=es&nrm=iso

Mendonça, C. & Fuks, M. (2015). Privação Relativa e Ativismo em Protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. *Opinião Pública*, *21*(3), 626-642. doi:10.1590/1807-01912015213626

Oliveira, D. C. (2008). Análise de Conteúdo Temático Categorial: Uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem, UERJ, 16*(4), 569-76. Retrived from <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>

Penteado, C., Santos, M., Araújo, R., & Silva, S. (2011). Ação política na internet brasileira. *Perspectivas em Ciência da Informação*, *16*(1), 111-132. [doi: 10.1590/S1413-99362011000100007](https://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000100007)

Perucchi, J., Brandão, B., & Vieira, H. I. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*, *19*(1), 67-76. doi:10.1590/S1413-294X2014000100009

Poma, A., Gravante, T. (2018) Net Activism as a Process of Citizen Emancipation. A

View from some Experiences of Appropriating Digital Media in Spain. *Razon Y Palabra*, 22(1), 530-547. Retrieved from https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1176

Queiroz, E. (2017). *Ciberativismo*: as novas ferramentas dos movimentos sociais. Panorama, *7*(1), 2-5. doi: 10.18224/pan.v7i1.5574

Soares, M., Feijó, M., Valério, N., Siquiero, C. L., & Pinto, M. J. (2011). O Apoio da Rede Social a Transexuais Femininas. *Paidéia*, *2*(48), 83-92. Retrieved from <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3054/305423781010>

Supremo Tribunal Federal (2019). STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Retrieved from http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=41401

Camino, L. (2005) A Construção da Perspectiva Psicossociológica do Comportamento Político. In Torres, A.R, Lima, M.E; Da Costa, J. (org.) (2005) *A Psicologia Política na Perspectiva Psicossociológica*: o estudo das atividades políticas. Goiânia: Editora da UCG.

Ugarte, D. (2008). *O Poder das Redes*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Van Stekelenburg, J.; Boekkooi, M. (2013). Mobilizing for Change in a Changing Society In: Van Stekelenburg, J.; Roggeband, C.; Klandermans, B. (2013). *The Future of Social Movement Research: Dynamics, Mechanisms, and* *Processes*: University of Minnesota Press